

O princípio da entidade e das ferramentas contábeis como forma de viabilizar a diminuição da desigualdade

Sarah Gomes Boschi¹
sarahkirei@gmail.com

Janaína Rute da Silva Caetano Dourado²
janaina.dourado@fatec.sp.gov.br

The principle of the entity and accounting tools as a way to enable the reduction of inequality

El principio de la entidad y las herramientas contables como vía para posibilitar la reducción de la desigualdad

Apresentado em:
05 dezembro, 2023

Evento:
6º EnGeTec

Local do evento:
Fatec Zona Leste

Publicado em:
28 março, 2024

Palavras-chave:
Princípio da Entidade.
Pró-labore.
Sebrae.
Programa ALI
Produtividade.

KeyWords:
Entity Principle.
Pro-labore.
Sebrae.
ALI Productivity Program.

Palabras clave:
Princípio de entidade.
Pro-labore.
Sebrae.
Programa de Productividad
ALI.

Citação:
Boschi, S. G.; Dourado, J. R. S. C. (2024). O princípio da entidade e das ferramentas contábeis como forma de viabilizar a diminuição da desigualdade. In: EnGeTec em Revista, v. 1, n. 2, 29-44.



Resumo:

O objetivo deste artigo será compartilhar, a partir de um relato de experiência, sobre as dificuldades no cumprimento do princípio contábil da entidade por parte de MPES localizadas na região do extremo Leste de São Paulo, atendidas pela autora através do Programa ALI Produtividade do Sebrae e relacioná-las com a viabilização da contabilidade para redução de desigualdades sociais. Para tanto, fez-se necessário estabelecer questões relacionadas à desigualdade social e pobreza; compreender o objeto da contabilidade, descrever o princípio da entidade; apresentar o conceito de pró-labore e seu papel como despesa fixa da empresa que se desdobra em uma das diversas variáveis que compõem o preço de venda de um produto ou serviço; discorrer sobre a jornada de atendimento do programa ALI Produtividade do Sebrae e por fim, exibir as apurações das MPES atendidas pela autora, no que diz respeito a hibridação das contas patrimoniais de pessoa física e pessoa jurídica. Os objetivos deste trabalho foram atendidos utilizando-se de pesquisas bibliográficas, quantitativas e foram explicados através de tabelas, quadros e demais artifícios exemplificativos que facilitassem a exposição dos dados coletados. Conclui-se no desenrolar deste trabalho que a utilização de ferramentas contábeis viabilizou o cumprimento do princípio contábil da entidade pelas MPES localizadas na região mais periférica da zona leste da capital de São Paulo, atendidas pelo Programa ALI Produtividade do Sebrae. Notou-se também, as possibilidades de tomada de decisão, a partir de controles financeiros e sua contribuição para diminuição da desigualdade social.

Abstract:

The objective of this article will be to share, based on an experience report, about the difficulties in complying with the entity's accounting principle by MPES located in the extreme east region of São Paulo, served by the author through Sebrae's ALI Produtividade Program and relate them to the feasibility of accounting to reduce social inequalities. To this end, it was necessary to establish issues related to social inequality and poverty; understand the object of accounting, describe the principle of the entity; present the concept of pro-labore and its role as a company's fixed expense that is divided into one of the several variables that make up the sales price of a product or service; discuss the service journey of Sebrae's ALI Produtividade program and finally, display the calculations of the MSES served by the author, with regard to the hybridization of the balance sheet accounts of individuals and legal entities. The objectives of this work were met using bibliographical, quantitative research and were explained through tables, charts and other exemplary devices that facilitated the presentation of the collected data. It is concluded in the course of this work that the use of accounting tools made it possible for MSES located in the most peripheral region of the eastern zone of the capital of São Paulo to comply with the entity's accounting principle, served by Sebrae's ALI Productivity Program. It was also noted the possibilities for decision-making, based on financial controls and their contribution to reducing social inequality.

Resumen:

El objetivo de este artículo es compartir, a partir de un relato de experiencia, las dificultades para cumplir con el principio contable de la entidad por parte de las MPES ubicadas en el extremo Este de São Paulo, asistidas por la autora a través del Programa de Productividad ALI de Sebrae, y relacionarlas con la viabilidad de la contabilidad para reducir las desigualdades sociales. Para ello, fue necesario establecer cuestiones relacionadas con la desigualdad social y la pobreza; comprender el objeto de la contabilidad, describir el principio de la entidad; presentar el concepto de pró-labore y su papel como gasto fijo de la empresa que se despliega en una de las varias variables que conforman el precio de venta de un producto o servicio; discutir el recorrido de servicio del programa de Productividad ALI de Sebrae y, finalmente, mostrar los cálculos de las MPES atendidas por el autor, en lo que se refiere a la hibridación de las cuentas de patrimonio de personas físicas y jurídicas. Los objetivos de este estudio se cumplieron mediante una investigación bibliográfica y cuantitativa que se explicó a través de tablas, gráficos y otros dispositivos ejemplificadores que facilitaron la exposición de los datos recolectados. En el curso de este trabajo se concluye que el uso de herramientas contables posibilitó el cumplimiento del principio contable de la entidad por parte de las MPES ubicadas en la región más periférica de la Zona Este de la capital paulista, atendidas por el Programa de Productividad ALI de Sebrae. También se señalaron las posibilidades de toma de decisiones basadas en controles financieros y su contribución a la reducción de la desigualdad social.

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

A dificuldade em aplicar o princípio da entidade por parte de micro e pequenas empresas (MPES), alteram a percepção das finanças do próprio negócio e está diretamente ligada (junto com um conjunto de fatores) com a taxa de sobrevivência das empresas no país, aproximando os pequenos empresários ao risco de não dispor recursos monetários para o atendimento de suas necessidades, ou seja, de se enquadrarem no critério de pobreza e o uso de ferramentas contábeis podem ter um enfoque na contribuição da redução de desigualdade de renda, visto que sendo o patrimônio objeto da contabilidade e que de acordo com o princípio contábil da entidade, há a diferenciação do patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, o cumprimento deste princípio propicia melhor tomada de decisão com relação às finanças de uma empresa e do indivíduo na condição de empresário. (Rocha, 2003; CFC 2008; Marques 2010; Wernke 2017; Sebrae, 2023).

A observação desse fato, se deu através de atendimento prestado pela autora para MPES localizadas no extremo leste da capital paulista; através do Programa ALI Produtividade (iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas – Sebrae, que tem como objetivo reduzir custos e/ou aumentar o faturamento das MPES, através da adoção de metodologias ágeis e o compartilhamento de experiências entre os empresários participantes), onde a utilização de ferramentas contábeis, promoveram facilitação no cumprimento do princípio contábil da entidade.

Para apresentação da observação proposta, serão exibidos os resultados de empresas atendidas durante o Ciclo 1 do Programa ALI Produtividade (que compreende o período de 01 de setembro de 2022 à 07 de julho de 2023); que abordaram a aplicação do princípio contábil da entidade como problemática de seus negócios.

Após passarem pela jornada do Programa ALI Produtividade, os empresários localizados na região do extremo leste da capital paulista, que desenvolveram soluções para resolver a dificuldade na aplicação do princípio contábil da entidade, obtiveram êxito na questão, demonstrando que ferramentas contábeis podem ser soluções inovadoras para melhor organização financeira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante da sua relevância na economia, implicação na sociedade e inerente a política, a desigualdade de renda é um dos principais problemas a ser enfrentado pelas nações atualmente, portanto a desigualdade social é uma questão complexa, multicausal, com interpretações ambíguas, muitas vezes discordantes e de difícil resolução; que tem forte relação com o desenvolvimento econômico, político e social das nações. (Cavalcante, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial adotaram o enfoque de modo a considerar os objetivos de redução da desigualdade e da pobreza, integrando subgrupos populacionais ao curso predominante de evolução social, econômica e política de cada país. (Rocha, 2006)

Rocha (2006), descreve a pobreza como:

(...) um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (Rocha, 2006, p.9-10).

Para definir renda como critério de pobreza, Rocha expõe:

(...) Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo de atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (Rocha, 2003, p.12).

Diante do exposto, ferramentas contábeis podem ter um enfoque na contribuição da redução de desigualdades.

Memorando que contabilidade é uma ciência social (pois trata-se de ação humana que utiliza métodos quantitativos) que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) de uma entidade, gerando informações úteis e confiáveis para auxiliar empresários e administradores para tomada de decisão. (MARQUES, 2010).

A Lei nº 6.404/76 mais todas as alterações posteriores, chamada de também de Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), organiza as normas brasileiras de contabilidade, fornecendo a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, onde pode ser observado nomenclaturas para identificar fatos contábeis, ou seja, que provocam modificações no patrimônio de uma empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (criado a partir do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que regulamenta a profissão contábil no Brasil) e estabelece os princípios fundamentais da contabilidade, que são: o da Entidade, o da Continuidade, o da Oportunidade, o do Registro pelo valor original, o da Atualização Monetária, o da Competência e o da Prudência (CFC p. 11).

O princípio da entidade (CFC p.12):

reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Uma vez que o patrimônio da empresa não se confunde com o patrimônio do empresário, as normas brasileiras de contabilidade instruem como demonstrar as transações financeiras entre empresa e empresário. Os métodos para apontar os investimentos da pessoa física, (na qualidade de sócio ou empresário individual) para a empresa, entre outros, podem ser: integralização de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), já as formas de remuneração do sócio ou empresário pessoa física, entre outras, podem ser: distribuição de lucros, juros sobre capital próprio (JSCP) e retirada de pró-labore. (ALCANTARA e cols. 2017).

No que lhe concerne, o pró-labore é uma despesa da empresa que corresponde a remuneração pelo trabalho do empresário, sócio ou administrador de uma empresa, sendo um rendimento tributável, sujeito à incidência de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e de contribuição do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). (Alcantara et al. 2017; Wernke, 2017).

Para definição do valor de pró-labore, uma regra tecnicamente recomendada é remunerar os sócios com a mesma quantia que a empresa pagaria a terceiros (não-sócios). (Wernke, 2017).

Por se tratar de uma despesa, o pró-labore está incluso nas métricas utilizadas para o cálculo de formação de preço de venda de um produto ou serviço. O preço de venda pode ser definido como a soma de todos os valores que são suportados pelo comprador em troca de adquirir ou utilizar um determinado produto ou serviço. (Lima, 2009, p.14).

É através do processo de formação de preço de venda que se obtém o montante de receitas que deverá suportar os custos, bem como remunerar os fatores de produção e os investimentos aportados na empresa. (Lima, 2009, p.9).

O lucro deve ser entendido como a remuneração do capital investido, depois de deduzidas das receitas todas as despesas e custos do período, daí a importância de obedecer a critérios adequados à formação de preço, assegurando rentabilidade satisfatória à organização, independentemente de seu porte ou segmento. (Wernke, 2017).

2.1. GESTÃO, PRODUTIVIDADE, INOVAÇÃO, METODOLOGIAS ÁGEIS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Uma empresa pode ser entendida como uma organização, pois é uma combinação intencional de pessoas e de tecnologias que são capazes de transformar recursos para fornecer os produtos necessários à sobrevivência das pessoas na sociedade, resolvendo de certa forma, os problemas de seus clientes, usuários, consumidores, funcionários e sócios. (DAMIAN, 2018).

Por tanto, a gestão empresarial refere-se a estratégia empresarial em termos de planejamento, direção, organização e controle que estabelece parâmetros para a produção de informações e facilita o fluxo destas para os diversos públicos interessados. (FERNANDES, 2017).

Conceitualmente, a produtividade de uma empresa é a razão entre a quantidade de produtos produzidos e a quantidade de insumos utilizados na sua elaboração, logo, o aumento da produtividade das organizações é uma temática fundamental não apenas para a competitividade de cada empresa, mas do país como um todo, promovendo melhoria da qualidade de vida de todos. (SEBRAE, 2023).

Referente à inovação, há muitas definições sobre o tema. O que há em comum entre elas é a concordância, de que se trata de um fenômeno que ocorre no âmbito das empresas, com a participação de diferentes atores da sociedade. Desse ponto, conclui-se que a inovação diz respeito ao lançamento ou melhoria de um produto, serviço e/ou processos, com a finalidade de melhorar a posição competitiva de uma empresa. A referência mundial na regulamentação sobre o tema, essencialmente voltada para a inovação empresarial - o Manual de Oslo, define quatro tipos de inovações que englobam um amplo conjunto de mudanças nas atividades das empresas: inovações de produto, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing, concluindo que a inovação está relacionada com o fato de que ela vai gerar melhoria ou nova receita para a empresa. Em outras palavras, uma inovação:

é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE, 2005 p.55).

Por sua vez, metodologias ágeis, conceito que surgiu em 1990 em ambientes de software e posteriormente ganhou destaque na gestão empresarial, são maneiras de acelerar o processo de desenvolvimento de projetos, produtos ou serviços, onde os processos são fracionados em ciclos curtos e focado em agregar valor; proporcionando benefícios como: maior adaptabilidade a mudanças de prioridades, melhor gestão visual, alinhamento e comunicação entre as áreas do negócio, maior previsibilidade e aumento da produtividade.

Entre os métodos ágeis mais populares, estão: Kanban, Lean, Feature Driven-Development (FDD) e Scrum.

Scrum, método ágil mais utilizado, é baseado na comunicação contínua e relatório parcial para o cliente, para que ele veja a evolução do projeto. Nesta metodologia, as tarefas são distribuídas em sprints, que são intervalos de tempo de desenvolvimento que não duram mais do que quatro semanas. Finalizado cada sprint, o time faz uma avaliação do que foi feito e de quais ajustes são necessários. (Fuscella, 2014; Sebrae, 2023).

Sobre os indicadores de desempenho, estes são formas quantificáveis de representação do desempenho da empresa e se fazem essenciais para avaliar os resultados obtidos e comparar estes tantos aos previstos como aos referenciais estabelecidos, para que se possa identificar se a situação atual está alinhada ao que foi definido. A análise dos resultados dos indicadores fornece informações que possibilitam a visão acerca do que se deseja medir e são fundamentais para a tomada de decisões e demais estratégias de uma empresa. (Sebrae, 2023).

2.1.1. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O mapa das empresas, disponibilizado pelo portal do Governo Brasileiro, retrata em seu painel de dados de Registros de Empresas, que há 21.241.322 empresas ativas no país; destas 19.913.545 são MPES: microempresas (empresas cujo faturamento bruto anual seja inferior a R\$ 360.000,00 (LC 123/2006) e empresas de pequeno porte (faturamento bruto anual compreendido entre R\$360.000,01 e R\$4.800.000,00 (LC 123/2006); ou seja 93,75% das empresas do Brasil são MPES, sendo portanto, as maiores responsáveis pelo PIB e empregabilidade do país.

2.1.2. TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS NO PAÍS

Um estudo realizado pelo Sebrae, com base em dados da Receita Federal do Brasil (RFB) estabeleceu a taxa de sobrevivência das empresas no país, a partir do levantamento feito das empresas que encerram suas atividades em 2020. O estudo mostrou que 21,6% das Micro Empresas fecham após 5 anos de atividade e as Empresas de Pequeno Porte tem 17% de taxa de mortalidade após 5 anos.

Os apontamentos mostram como causas (entre outros):

- Pouco preparo pessoal: Em média, 42% estavam desempregados, mas essa proporção chegou a 59% no grupo das empresas fechadas; mais de 40% dos entrevistados eram funcionários de empresas privadas antes de abrir seu próprio negócio. Outros 37% eram autônomos sem empresa constituída; em média, 42% fizeram alguma capacitação. Mas no grupo das empresas fechadas foi maior a proporção de quem não fez nenhuma capacitação; entre as empresas em atividade, foi maior a proporção de quem abriu porque “identificou uma oportunidade”.
- Planejamento do negócio deficiente: 17% dizem não ter feito nenhum planejamento e 59% dizem ter feito para no máximo 6 meses; muitos deixaram de levantar informações relevantes para criar o negócio. (SEBRAE, 2023).

2.1.3. PROGRAMA ALI PRODUTIVIDADE

As MPES nos setores de comércio, serviço ou indústria são elegíveis para participar do Programa ALI Produtividade, uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que integra a diligência do Programa Brasil Mais Produtivo, submetida ao Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Serviços (MDIC). No Programa ALI, o atendimento é realizado por um bolsista capacitado pelo Sebrae, intitulado Agente Local de Inovação, para atuar como facilitador da gestão de inovação nos pequenos negócios, identificando necessidades e buscando soluções de acordo com as demandas de cada empresa. A metodologia do programa é apresentada como uma jornada com um total de 6 reuniões individuais e 3 reuniões coletivas entre os participantes; cujo objetivo principal é aumentar a produtividade das MPES. (SEBRAE, 2023).

O êxito das empresas se dá a partir de uma mensuração inicial e final do indicador de produtividade: um cálculo que considera o faturamento, gastos variáveis e pessoas ocupadas, a fim de medir a capacidade de produtividade no trabalho dos pequenos negócios.

O Programa é realizado em todo o território brasileiro, mas terá como recorte para este artigo, o atendimento prestado para empresas localizadas na região Leste II da capital paulista e que tiveram como solução inovadora, o uso de ferramentas contábeis para facilitar o cumprimento do princípio contábil da entidade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

De setembro de 2022 até a publicação deste artigo, a autora atuou como Agente Local de Inovação (ALI – Bolsista), prestando atendimento individualizado para MPEs localizadas no extremo leste da capital paulista.

A metodologia do programa compreende-se em uma jornada com dez etapas, onde há reuniões individuais com temáticas estabelecidas e reuniões coletivas que visam o compartilhamento de experiências entre os empresários.

As dez etapas da jornada ocorrem em ciclo de até 6 meses, apresentada na Figura 3.1.

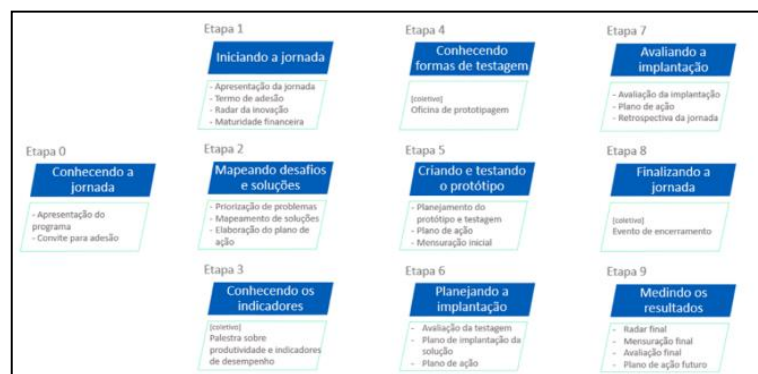


Figura 3.1 – Etapas do Programa ALI
Fonte: SEBRAE (2023)

A etapa 0 – Conhecendo a jornada é o momento de arregimentação, ou seja, as táticas utilizadas de sensibilização para adesão ao programa, por parte dos empresários. Algumas das estratégias utilizadas para arregimentação foram: ligações, mensagens eletrônicas (via e-mail ou WhatsApp), indicações de empresários que participaram do programa anteriormente e visita às empresas.

Na etapa 1 – iniciando a jornada ocorre a primeira reunião individual com o(a) empresário(a), realizada de forma presencial em local definido pelo(a) mesmo(a) ou de forma remota. O objetivo é conhecer o histórico da empresa, apresentar as etapas do programa, ler o termo de adesão (para esclarecer eventuais dúvidas) e aplicar o Radar de Inovação e sua devolutiva. O Radar de Inovação é um questionário de 24 perguntas, que tem o objetivo de mostrar as potencialidades da empresa e os pontos de melhoria que podem ser desenvolvidos, nos seguintes aspectos: controles gerenciais, gestão das operações, gestão de marketing, práticas de inovação, transformação digital e ESG (ambiental, social e governança). As respostas fornecidas geram um gráfico que demonstra a maturidade das 6 dimensões analisadas no radar, conforme demonstrado na figura 3.2.

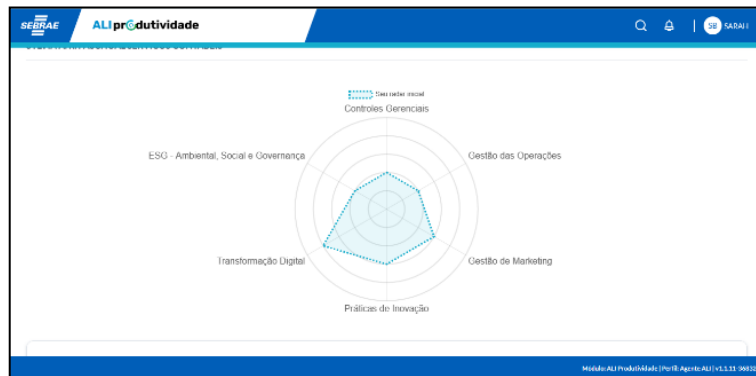


Figura 3.2 – Resultado do Radar Inicial
Fonte: SEBRAE (2023)

Já na etapa 2 – mapeamento de desafios e soluções, é realizada reunião individual com o(a) empresário(a) e sua equipe (se assim desejar), para identificação e priorização de um problema que impacta diretamente na produtividade da empresa, ou seja, na elevação dos custos ou na redução do faturamento. A partir da etapa 2, é utilizada a ferramenta Jamboard (quadro interativo desenvolvido pelo Google) com leiaute criado pelo SEBRAE para auxiliar no registro das informações cedidas pela empresa. Leiaute de priorização de problemas usado na etapa 2 conforme Figura 3.3 a seguir.



Figura 3.3 – Leiaute de priorização de problemas
Fonte: SEBRAE (2023)

Conforme apresentado na Figura 3.3, através da tela de priorização de problemas, são descritos todos os problemas relatados pelo(a) empresário(a) ou sua equipe, em notas autoadesivas (Post-its) e posteriormente, são classificados de acordo com o impacto que podem gerar nos custos e no faturamento, em uma das quatro opções existentes: alto, médio, baixo ou nenhum.

Ao final da classificação de problemas, o(a) empresário(a) deve definir um único problema que será trabalhado no sprint de inovação e é estimulado a pensar numa possível estratégia para a solução. Ainda nesta mesma reunião, é elaborado um plano de ação, para os problemas não priorizados e que tenham baixa complexidade para serem realizados ou ainda, que demandem a contratação de consultoria, conforme Figura 3.4.

ETAPA 2 – PLANO DE AÇÃO							
TEMA	AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	FORMA DE VIABILIZAR	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO	STATUS

Figura 3.4 – Plano de ação
Fonte: SEBRAE (2023)

Por sua vez, a etapa 3 – conhecendo os indicadores, consiste em uma reunião coletiva (podendo ser na modalidade virtual ou presencial) que tem o objetivo de demonstrar a importância da gestão por meio de indicadores de desempenho e apresentar o indicador de produtividade do trabalho, usado no programa ALI. Para calcular o indicador de produtividade do trabalho, subtrai-se o valor dos gastos variáveis do faturamento bruto e divide-se pelo número de pessoas ocupadas.

A etapa 4 – Conhecendo formas de testagem, também realizada de forma coletiva, tem o objetivo de orientar os(as) empresários(as) sobre o processo de desenvolvimento do protótipo da solução do problema priorizado e a testagem para validação com cliente e/ou usuário final.

Por sua parte, a etapa 5 – Criando e testando o protótipo é uma reunião individual em que o(a) empresário(a) e sua equipe irão construir ou planejar como será a construção do protótipo que será implementado, testado e validado e essas informações são descritas conforme Figura 3.5.

ETAPA 5 – PLANEJAMENTO DO PROTÓTIPO	
Problema: Solução: Tipo de protótipo:	
PROTÓTIPO Como será o protótipo Responsáveis: Etapas: Materiais: Prazo:	TESTAGEM Como será realizada a testagem Responsáveis: Ferramentas a serem utilizadas: Clientes (internos ou externo): Período da testagem:

Figura 3.5 – Planejamento do protótipo
Fonte: SEBRAE (2023)

Nesta mesma etapa, também é realizada a atualização do plano de ação e a coleta dos dados referentes ao indicador de produtividade, sendo esta a mensuração inicial, conforme Figura 3.6.

O formulário, intitulado "ETAPA 5 - MENSURAÇÃO INICIAL", contém campos para "DATA DA MENSURAÇÃO:" e "MÊS DE REFERÊNCIA:". Abaixo, há uma seção com "FATURAMENTO BRUTO" e "CUSTOS VARIÁVEIS", ambas seguidas por "R\$" e um campo de entrada em verde. Uma linha de subtração ("—") separa os dois valores. À direita, há "PRODUTIVIDADE" seguida por "R\$" e um campo de entrada em verde. Abaixo disso, há "Nº DE PESSOAS OCUPADAS:" e "POR PESSOA OCUPADA", cada um com um campo de entrada em verde. Uma linha de igualdade ("=") precede o campo de produtividade.

Figura 3.6 – Mensuração inicial
Fonte: SEBRAE (2023)

No que lhe diz respeito, a etapa 6 – Planejando a implantação é uma reunião individual que visa avaliar o processo de validação do protótipo e elaborar a implantação da solução para a melhoria da produtividade. Para a construção das ações que viabilizem a implementação da solução validada, utiliza a ferramenta 5W2H, conforme Figura 3.7.

A tabela, intitulada "ETAPA 6 - PLANO DE IMPLANTAÇÃO (5W2H)", possui sete colunas com cabeçalhos: "O QUE? (WHAT)", "POR QUE? (WHY)", "QUEM? (WHO)", "ONDE? (WHERE)", "QUANDO? (WHEN)", "COMO? (HOW)", e "QUANTO? (HOW MUCH)". O corpo da tabela é composto por cinco linhas vazias para o planejamento.

Figura 3.7 – Plano de implantação (5W2H)
Fonte: SEBRAE (2023)

Conforme exemplificado na Figura 3.7, 5W2H é a abreviação de sete palavras em inglês: *What, Why, Who, Where, How, e How Much*, para as seguintes definições:

Por quê? (justificativa dos motivos e dos objetivos da atividade a ser executada ou problema/desafio a ser solucionado);

Quem? (definição de quem será(serão) o(s) responsável(eis) pela execução do que foi planejado);

Onde? (é a informação sobre onde cada um dos procedimentos será executado); Quando? (cronograma sobre quando ocorrerão os procedimentos);

Como? (definição sobre como serão executados os procedimentos para atingir os objetivos pré-estabelecidos);

Quanto? (limitação de quanto custará cada procedimento e o custo total do que será feito).

Ainda na etapa 6, o plano de ação é atualizado.

A etapa 7 – Avaliando a implantação é a reunião individual para avaliar a implementação da solução para melhoria da produtividade, além da atualização do plano de ação e a realização de uma retrospectiva da jornada do(a) empresário(a) no programa, para analisar os resultados e verificar o aprendizado do período.

Já a etapa 8 – Finalizando a jornada, trata-se de encontro coletivo para promover a interação entre os empresários participantes, celebrando o encerramento da jornada de inovação para a produtividade e avaliar o percurso do ciclo.

A décima e última etapa do programa é a etapa 9 – Medindo os resultados, na qual ocorre a aplicação do Radar de Inovação Final, que tem o intuito de avaliar, os resultados das práticas de inovação executadas pela empresa, através da análise dos seguintes parâmetros apreciados na etapa 1: controles gerenciais, gestão das operações, gestão de marketing, práticas de inovação, transformação digital e ESG (ambiental, social e governança), conforme apresentado na figura 3.8:

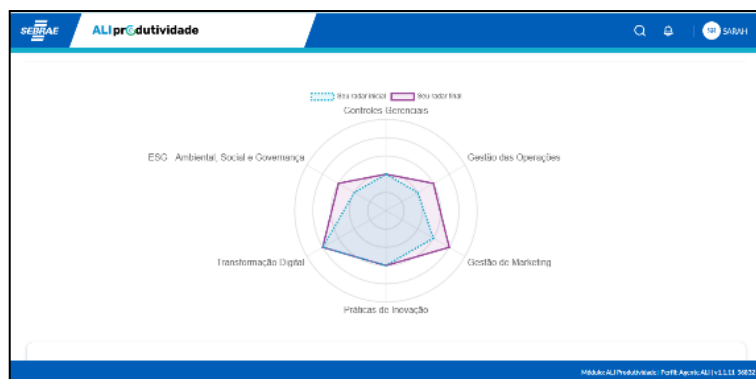


Figura 3.8 – Radar Final
Fonte: SEBRAE (2023)

Ainda na etapa 9 são coletados os dados para calcular a mensuração final do indicador de produtividade do trabalho e comparar com a mensuração inicial para estabelecer o percentual de evolução do indicador de produtividade, como demonstram as figuras 3.9 e 3.10.

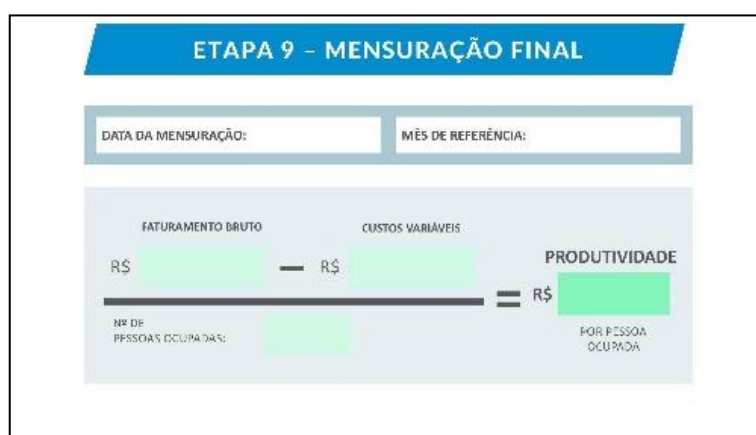


Figura 3.9 – Indicador de Produtividade Final
Fonte: SEBRAE (2023)

O formulário, intitulado "ETAPA 9 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE", contém os seguintes campos:

- Dois campos de entrada para "Produtividade inicial: R\$" e "Produtividade final: R\$".
- Uma seção "VARIÇÃO DA PRODUTIVIDADE [%]" com a fórmula $\frac{\text{Produtividade Final} - \text{Produtividade Inicial}}{\text{Produtividade Inicial}} \times 100$.
- Um campo de texto amplo para "JUSTIFICATIVAS / OBSERVAÇÕES".

Figura 3.10 – Evolução da Produtividade
Fonte: SEBRAE (2023)

O encerramento da etapa 9 e da jornada do Programa ALI Produtividade se dá com a seguinte pergunta avaliativa: “Em uma escala de 0 a 10, o quanto seu problema priorizado foi resolvido?”, como demonstra a figura 3.11.

O formulário, intitulado "Avaliação", apresenta a seguinte estrutura:

- Uma pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, o quanto seu problema priorizado foi resolvido?".
- Um campo de entrada para a resposta.
- Uma escala de 0 a 10, onde cada número é representado por um botão colorido. A escala varia de vermelho escuro (0) para verde escuro (10).
- Legenda: "Não resolveu" sob o número 0 e "Resolveu completamente" sob o número 10.
- Botões "Confirmar" e "Cancelar" na base.

Figura 3.11 – Avaliação
Fonte: SEBRAE (2023)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em seu desenvolvimento como agente local de inovação, a autora prestou atendimento especializado através do programa ALI produtividade. Como recorte para este artigo, serão utilizadas as informações sobre os atendimentos realizados durante o Ciclo 1 do programa, a saber:

Ciclo 1: de 01 de setembro de 2022 até 07 de junho de 2023, com 17 empresas atendidas, sendo 4 empresas do comércio, 13 do setor de serviços e nenhuma indústria, conforme tabela 4.1.

Setor/Seguimento	Número de empresas
Comércio	4
Serviços	13
Indústria	0

Tabela 4.1: Relação de empresas atendidas no ciclo 1, de acordo com o setor
Fonte: Autoras (2023)

Conforme mencionado no capítulo 2.2, na etapa 1 do programa ALI Produtividade, aplica-se o Radar de inovação: um questionário de 24 perguntas que analisam a empresa nas seguintes dimensões: controles gerenciais, gestão das operações, gestão de marketing, práticas de inovação, transformação digital e ESG – ambiental, social e governança.

Como o objetivo deste artigo é demonstrar a dificuldade das MPEs em aplicar o princípio contábil da entidade, serão apresentadas as respostas de duas perguntas do Radar de inovação, cujas dimensões são: Controles Gerenciais e Gestão de Marketing, as questões são, respectivamente:

Dimensão: Controles Gerenciais. Questão 04 – Você possui os dados de faturamento e custo mensal da sua empresa?

E possui como alternativas:

- a) Não;
- b) Sei o quanto faturei e gastei, mas não tenho detalhado;
- c) Sim, tenho total controle do faturamento e dos custos da minha empresa.

Dimensão: Gestão de Marketing. Questão 9 – Normalmente, como são determinados os preços dos seus produtos?

E possui como alternativas:

- a) Pelo que consideramos razoável;
- b) Defino preços com base no que é praticado pela concorrência;
- c) Precificamos com base nos nossos custos e no mercado

Com relação ao plano de ação, que de acordo com a metodologia do Programa ALI Produtividade, trata-se de um quadro auxiliar na execução de tarefas de menor complexidade relacionada a resolução dos problemas não priorizados, iniciado a partir da etapa 2 e atualizado em cada reunião individual. Como recorte para este artigo, serão apresentadas empresas atendidas pela autora durante os ciclos 1 e 2 do programa ALI Produtividade que tiveram em seus quadros de plano de ação, a sugestão da separação das finanças da pessoa física e jurídica.

Outra delimitação para este artigo é a respeito das empresas onde a dificuldade em separar as finanças pessoais e da empresa foi identificada como problema priorizado, passivo de desenvolvimento de solução (prototipagem) cujo objetivo foi a aplicação do princípio da entidade e que posteriormente responderam com uma nota para descrever o quanto o problema priorizado foi resolvido.

Por fim, será demonstrado a variação do indicador de produtividade, tanto das empresas que trabalharam a aplicação do princípio contábil da entidade como protótipo de solução, quanto daquelas que trabalharam o mesmo como uma tarefa do plano de ação.

A tabulação dos resultados dos atendimentos realizados no ciclo 1, será exemplificada na tabela 4.2.

Tabela 4.2: Tabulação dos resultados das empresas atendidas no ciclo 1

ID	Setor	Q4		Q9		Separação Contas PF x PJ	Nota para a Solução Priorizada	Variação do Indicador de Produtividade
		E1	E9	E1	E9			
Empresa 1	Serviços	C	A					
Empresa 2	Comércio	A	A	A	B			
Empresa 3	Serviços	A	C	C	C	Protótipo	10	-37,6%
Empresa 4	Serviços	C	A	B	C			
Empresa 5	Serviços	C	B					
Empresa 6	Serviços	A	C	B	B	P. de ação		275%
Empresa 7	Comércio	C	B			P. de ação		
Empresa 8	Serviços	C	C	C	C			
Empresa 9	Comércio	A	B					
Empresa 10	Serviços	B	C			P. de ação		
Empresa 11	Serviços	C	C	C	C			
Empresa 12	Comércio	A	A	A	C			
Empresa 13	Serviços	C	C	C	C			
Empresa 14	Serviços	B	C	C	C	Protótipo	9	-18,3%
Empresa 15	Serviços	B	C	B	C	Protótipo	9	253,7%
Empresa 16	Serviços	A	B					
Empresa 17	Serviços	B	C	C	C	P. de ação		14,8%

Fonte: Autoras (2023)

Das dezessete empresas participantes, onze concluíram a jornada do ciclo 1 do programa ALI Produtividade (o mesmo que 64,71%).

Do total das onze empresas, concluintes, será analisado a seguir, os resultados das cinco empresas (45,45% do total) que trabalharam o princípio contábil da entidade.

Considerando as cinco empresas objetos do tema deste artigo (100%), duas empresas (40%) tiveram ao menos uma ação sugerida no plano de ação relacionada ao estudo da separação das contas das pessoas físicas e jurídicas e 3 empresas (60%) trabalharam a aplicação do princípio da entidade como parte do desenvolvimento de solução (protótipo).

Observa-se que na dimensão dos controles gerenciais, as respostas dadas na Etapa 1 para a pergunta 4: “você possui os dados de faturamento e custos mensal da sua empresa?”, foram respectivamente:

- a) Não (2 respostas - o mesmo que 40%)
- b) Sei o quanto faturei e gastei, mas não tenho detalhado (3 respostas - o mesmo que 60%)
- c) Sim, tenho total controle do faturamento e dos custos da minha empresa (nenhuma resposta)

Já na etapa 9, para a mesma questão, as respostas foram:

- a) Não (nenhuma resposta)
- b) Sei o quanto faturei e gastei, mas não tenho detalhado (2 respostas - o mesmo que 40%)
- c) Sim, tenho total controle do faturamento e dos custos da minha empresa (3 respostas - o mesmo que 60%)

Por sua vez, na Etapa 1 na dimensão sobre Gestão de Marketing, para questão 9: “Normalmente, como são determinados os preços dos seus serviços?”, as respostas foram, respectivamente:

- b) Pelo que consideramos razoável (nenhuma resposta)
- c) Defino preços com base no que é praticado pela concorrência (nenhuma resposta)

d) Precificamos com base nos nossos custos e no mercado (5 respostas - o mesmo que 100%)

A mesma questão efetuada na Etapa 9, obtiveram as respostas:

a) Pelo que consideramos razoável (nenhuma resposta)

b) Defino preços com base no que é praticado pela concorrência (1 resposta - o mesmo que 20%)

c) Precificamos com base nos nossos custos e no mercado (4 respostas - o mesmo que 80%)

Para as três empresas (60%) que tiveram a questão da dificuldade em aplicar o princípio contábil da entidade como problema priorizado no atendimento do Programa ALI Produtividade, responderam com uma nota que variava de 0 a 10 para descrever o quanto o problema priorizado foi resolvido. De acordo com o quadro 2.3.3, duas empresas classificaram com a nota 9 e uma empresa classificou com a nota 10, afirmando então que o problema foi resolvido.

A variação do indicador de produtividade do trabalho tem justificativas individuais para seu aumento ou diminuição (como sazonalidades e aumento ou diminuição de colaboradores da equipe, por exemplo). Considerando a média das cinco empresas que aplicaram o princípio contábil da entidade, seja como protótipo, seja como ação prevista no plano de ação, a variação do indicador de produtividade fica em 97,52%.

Assim, conforme expostos no quadro 2.3.3, as empresas que concluíram o Programa ALI Produtividade no Ciclo 1, no segundo semestre de 2022, que tiveram a aplicação do princípio da entidade como parte do protótipo desenvolvido ou mesmo como ação executada através do plano de ação, o comparativo de respostas do radar de inovação, a nota para classificar o quanto que o problema priorizado foi resolvido e a média da variação do indicador de produtividade, atestam que exercendo o princípio da entidade, a tomada de decisão sobre as finanças e a própria contabilidade de uma empresa é mais assertiva, ao mesmo passo que os empresários ou administradores conseguem planejar suas finanças pessoais, através do pagamento de pró-labore.

5. CONCLUSÃO

A temática da desigualdade social se destaca como um dos principais problemas a serem enfrentados, pela sua forte relação com o desenvolvimento econômico, político e social das nações; por isso que tanto a Organização das Nações Unidas (ONU), quanto o Banco Mundial promoveram enfoque na redução da desigualdade e da pobreza. A pobreza por sua vez pode ser definida genericamente como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada e quando tem um enfoque na renda como critério de pobreza, pode ser entendida como um valor monetário associado ao custo de atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (Cavalcante 2020; Rocha 2006).

Levando essa visão para o espectro empresarial, foi constatado que Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da região Leste II da capital paulista, atendidas pela autora pelo Programa ALI Produtividade do Sebrae, apresentaram dificuldades em cumprir o princípio contábil da entidade. (SEBRAE, 2023).

A problemática em aplicar tal princípio pode ser entendida como pouco preparo pessoal e planejamento deficiente (apontados pelo Sebrae como motivos que explicam a taxa de sobrevivência das empresas no país após cinco anos), portanto, ao risco do empobrecimento do pequeno empresário.

Entretanto, o uso de ferramentas contábeis pode ter um enfoque na contribuição da redução de desigualdades, visto que sendo o patrimônio objeto da contabilidade e que de acordo com o princípio contábil da entidade, há a diferenciação do patrimônio particular no universo dos patrimônios

existentes, o cumprimento deste princípio propicia melhor tomada de decisão com relação às finanças de uma empresa e do indivíduo na condição de empresário. (CFC 2008; Marques 2010; Wernke 2017) Após passarem pela jornada do Programa ALI Produtividade, 45,45% dos empresários atendidos pela autora, que desenvolveram soluções para resolver a dificuldade na aplicação do princípio contábil da entidade, evidenciaram que exercendo o princípio da entidade, a tomada de decisão sobre as finanças e a própria contabilidade de uma empresa é mais assertiva, ao mesmo passo que os empresários ou administradores conseguem planejar suas finanças pessoais, através do pagamento de pró-labore, identificando o valor necessário para manutenção das condições para o bem-estar do indivíduo.

REFERENCES

SEBRAE (2023) **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em 24 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. **Decreto Lei nº 9.295**, de 27 de maio de 1946.

BRASIL. (2023). **Painéis do Mapa de Empresas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MDIC (2023). **Brasil Mais Produtivo**. Disponível em: <<https://brasilmaisprodutivo.mdic.gov.br/>> Acesso em 23 out. 2023.

BRINCKMANN, Roque. (2014) **Contabilidade básica**. Roque Brinckmann. – 3. ed. –Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

CAVALCANTE, P. A. (2020) **Questão Da Desigualdade No Brasil: Como Estamos, Como A População Pensa E O Que Precisamos Fazer**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DAMIAN, Terezinha (2018). **Gestão de empresas: Tópicos especiais em Gestão Empresarial**. Jundiaí. Paco Editorial.

DE ALCANTARA, A. B. et al. (2017). **Pró-Labore, Jscp E Distribuição De Lucros: Um Estudo Dos Aspectos Contábeis E Tributários Sobre O Retorno Do Capital Investido Em Empresas**. Memorial Tcc Caderno Da Graduação, V. 3, N. 1, P. 289–309.

FERREIRA, C. C.; SALLES, A. O. T. (2022). **Uma análise além da renda: o pioneirismo de Gunnar Myrdal na abordagem econômica sobre as desigualdades sociais**. Estudos econômicos, v. 52, n. 1, p. 155–183.

FERNANDES, D. R. (2017). **Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial**. Revista Da FAE, v7. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/430>> Acesso em: 22 out. 2023.

FUSCELLA, Rafaella. **Metodologia Scrum**. SBRT. Agência USP de Inovação. 2014

Guia unificado ALI Produtividade – metodologia de atuação para bolsistas. Sebrae 2023

Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia/ Conselho Federal de Contabilidade. – 3. ed. -- Brasília: CFC, 2008

LIMA, R. O. C. (2009). **Processos de formação de preços**. Curitiba. Editora IESDE Brasil.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Geral I - Segundo a Lei 11638/2007 das Sociedades Anônimas - Passo a Passo da Contabilidade**. Gráfica Vera Cruz. Cianorte – Paraná, 2010. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=MARQUES%2C+Wagner+Luiz.+Contabilidade+Geral+I+-+Segundo+a+Lei+11638%2F2007+das+Sociedades+An%C3%B4nimas+&btnG=&l>>. Acesso em 19 maio 2023.

Metodologias ágeis podem ajudar seu negócio a enfrentar desafios. Sebrae 2023. Disponível em <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/metodologias-ageis-podem-ajudar-seu-negocio-a-enfrentar-desafios,1d9d781563028810VgnVCM1000001b00320aRCRD>> Acesso em 23 out 2023.

Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI: diferenças e características - Sebrae SC. Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

OCDE (2005). **Manual de Oslo**, 3ª edição (em português). Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dado sobre Inovação Tecnológica - 2005.

PISSINATI, L. G. Dias. E. (2022) **A Margem de Contribuição Como Métrica De Precificação Visando Lucro Para A Empresa**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7491/2894>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ROCHA, S. (2003). **Pobreza no Brasil**. Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro. Editora FGV.

Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e MEI: diferenças e características - Sebrae SC. Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SILVA, Jordana Criste da; COELHO, Julian Alexandrina; ASSUNÇÃO, Jean Ferreira (2019). **A utilização da informação do custo de oportunidade na precificação dos produtos**. South American Development Society Journal, [S.l.], v. 5, n. 14, p. 14, ago. 2019. ISSN 2446-5763. Disponível em: <<http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/219>>. Acesso em: 28 maio 2023.

WERNKE, R. (2017). **Análise de custos e preços de venda**. 11. ed. São Paulo: Saraiva.